



UFSM

COMUNIDADE E ESCOLA: A PARTICIPAÇÃO NECESSÁRIA

CÍCERO DOS SANTOS ALVES

UFSM/CE/NAEES

**Santa Maria, RS, Brasil
2005**

COMUNIDADE E ESCOLA: A PARTICIPAÇÃO NECESSÁRIA

por

CÍCERO DOS SANTOS ALVES

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Gestão Educacional, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em **Gestão Educacional.**

Santa Maria, RS, Brasil

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Monografia de Especialização.

COMUNIDADE E ESCOLA: A PARTICIPAÇÃO NECESSÁRIA

Elaborada por
CÍCERO ALVES DOS SANTOS

Como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Gestão Educacional.

COMISSÃO EXAMINADORA

Professora Ms. Glades Tereza Felix
(Presidente Orientadora)

Professor Esp. José Luiz Padilha Damilano

Professor Dr. Clóvis Renan Jacques Gutierrez

Santa Maria, Março de 2005.

A474c Alves, Cícero dos Santos

Comunidade e escola: a participação necessária. /
Cícero dos Santos. – Santa Maria, 2005.

38 f.

Monografia (Especialização em Gestão Educacional).
- UFSM, Centro de Educação.

1. Organização Escolar 2. Modelos de Educação
3. Política Educacional I. Título

CDU 371.018.26

Maríndia Pôrto Nunes
CRB 10/1440

AGRADECIMENTOS

São muitas as pessoas a quem devo agradecer por terem contribuído para a realização deste trabalho. Minha gratidão se estende:

-a Deus por me criar e a quem peço todo dia: coragem, fé e sabedoria;

-ao meu filho, Leonardo, por ser tão compreensivo nos momentos em que não estive com ele. Sempre correto, inteligente e estudioso. Enfim, meu maior bem;

-à Universidade Federal de Santa Maria e seus profissionais pela formação que me proporcionaram;

-a todos os professores do Curso de Especialização em Educação: Gestão Educacional;

-a professora Glades Tereza Felix, pela orientação dada no decorrer do curso e trabalho de monografia, com sua alegria, conhecimento e compreensão, fundamentais para se chegar a este momento;

-a todos que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho.

MENSAGEM

“Senhor, assim como me acolhes e me valorizas, ensina-me a ver em cada pessoa uma criatura tua. Que isso me ajude a respeitá-la e a valorizá-la, para que eu também possa ser instrumento da tua paz.”

Meditações Diárias (2005:03)

RESUMO

Monografia de Especialização em
Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil
Comunidade e Escola: a Participação Necessária
Autor: Cícero dos Santos Alves
Orientadora: Glades Tereza Felix
Data e Local da Defesa: Santa Maria, 18 de Março de 2005

Este trabalho é uma pesquisa do tipo estudo de caso, realizada com a comunidade da Escola Municipal de Ensino Fundamental Dagoberto Barcellos, de Caçapava do Sul, RS. Objetivamos identificar a visão que a referida comunidade tem da instituição-escola, com vistas sugerir ações que propiciem uma maior participação da família, auxiliando os filhos nas tarefas escolares em casa. Com isso, busca-se, na parceria, melhorar a qualidade do ensino realizado na escola.

O Referencial Teórico aborda primeiramente o tema Gestão Democrática. Na seqüência, demonstramos a necessidade de se criar uma cultura de participação nas instituições de ensino. Apontamos os pais como grandes aliados, que precisam ser orientados, de modo que possam ajudar seus filhos a melhorarem seu desempenho escolar. Sustentamos a hipótese de que não há a participação desejada por todos, porque a família não possui um histórico escolar que a habilite a orientar, ajudar, motivar, acompanhar seus filhos na escola.

Com o auxílio de questionários, entrevistamos 32 pais ou responsáveis de alunos. Cada um respondeu a três questionários. A leitura dos dados definiu o perfil da comunidade e foi a base para as considerações. Além de comprovar as hipóteses iniciais sobre o nível de participação que temos.

Por fim, apresentamos sugestões para a escola que tiver vontade política e quiser uma maior e melhor participação da família, melhorando assim a qualidade ensino ali produzido.

ABSTRACT

Monograph of Specialization in
Educational Administration
Universidade federal de Santa Maria, RS, Brazil
Community and School: The Necessary Participation
Author: Cícero dos Santos Alves
Orientater: Glades Tereza Felix
Date and Local of the Defense: March, 18th, 2005.

This study is a research of the type case study, accomplished with the community of the Municipal School of Fundamental Teaching Dagoberto Barcellos, of Caçapava of the South, RS. We objectified to identify the vision that referred her community has of the institution-school, with views to suggest actions that propitiate a larger participation of the family, aiding the children in the school tasks, at home. With that, it is looked for, in the partnership, to improve the quality of the teaching accomplished in the school.

Theoretical Base approaches the theme Democratic Administration firstly. In the sequence, we demonstrated the need to create a participation culture in the teaching institutions. We aimed the parents as great allies, that need to be guided, so that they can help its children they to improve it its school acting. We sustained the hypothesis that there is not the participation wanted by everybody, because the family doesn't possess a historical one school that enables it to guide, to help, to motivate, to accompany its children in the school.

With the aid of the research, we interviewed 32 parents or responsible of students. Each one answered to three questionnaires. The reading of the data defined the community's profile and it went the base to the considerations. Besides checking the initial hypotheses on the participation level that we have.

Finally, we presented suggestions for the school that has political will and he/she wants an adult and better participation of the family, improving like this there the quality teaching produced.

SUMÁRIO

	AGRADECIMENTO.....	iv
	MENSAGEM.....	v
	RESUMO.....	vi
	ABSTRACT.....	vii
1	INTRODUÇÃO.....	01
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	06
3	METODOLOGIA.....	18
4	UMA LEITURA DOS RESULTADOS.....	21
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
6	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	36
7	ANEXOS.....	38

1. INTRODUÇÃO

O contexto mundial cria nos profissionais da Educação muitos questionamentos, dúvidas, inquietações e apresenta pouca alternativa para ajudá-los a se qualificarem. Em primeiro lugar, sabe-se que a situação se encontra como está não por acaso. Existem fortes interesses para que o ensino apresente suas deficiências ou pelo menos continue na mesma linha de ação. As últimas mudanças feitas nas leis educacionais complicaram ainda mais o já complexo cenário. Confundiram os personagens.

Deparamo-nos com um currículo reduzido. Especialmente alijado de conhecimentos fundamentais à formação do cidadão. Reduziu-se a carga horária. A escola passou a receber um contingente enorme de alunos. A maioria foi para os bancos escolares porque houve intensa fiscalização, através da Constituição Federal de 1988. Jamais havia pensado na instituição-escola como um espaço de formação, que exige, por parte de quem ali está, esforço e dedicação. Pessoas que jamais usufruíram os benefícios que ela proporciona. Muitas famílias passaram a usar a instituição como: local para deixar seus filhos, local onde fazer refeições, local para tratar de alguns itens de saúde. Ou seja, começou a cumprir outras funções, devido à conjuntura econômica, político e social.

Enfim, a escola deixou de preocupar-se apenas com a construção do conhecimento e passou a realizar outras tarefas, que não eram competência sua. Juntamente com essa nova prática, aumentou-se o investimento com professores, funcionários, material para a manutenção, criação de novas escolas, transporte escolar, etc. No entanto, a oferta na educação não melhorou. Com isso, reduziu-se, principalmente, o salário de quem trabalha com educação. Além,

é claro, dos outros investimentos também necessários para que tenhamos um ensino e aprendizagem de qualidade. Tais como: biblioteca, cursos de formação continuada, material didático-pedagógico, salas de aula com outros recursos que não sejam apenas quadro e giz, escolas com estruturas físicas mais conservadas. Usufruir por exemplo, dos benefícios da informática e internet.

Cabe, então, a nós, a busca por uma formação e qualificação profissional constante. Precisamos perder a ingenuidade e deixar de lutar contra quem não é o responsável direto pela situação da educação no Brasil. Criar, portanto, um espaço de resistência. Não contra a família, alunos, colegas, mas sim contra um sistema, que não tem o interesse de melhorar nosso ambiente de trabalho. Essa é uma missão do profissional de educação.

Nesse atual contexto em que nos encontramos é que pretendemos desenvolver essa investigação, em torno das relações entre a comunidade e a escola, baseada, principalmente, em nossa experiência na área de gestão escolar.

Há dez anos trabalhamos em uma Comunidade Rural - 3 anos como professor e 7 anos como diretor. Essa experiência permitiu-nos ter uma ampla visão em torno dos problemas que dizem respeito aos pais e alunos da comunidade, o que nos levou a uma proposta de planejamento participativo em torno de um projeto para conhecê-la melhor. Isso resultou em visitas às localidades dessa comunidade. Como gestores, preocupamo-nos com a participação de todos os segmentos nas decisões da escola. Abrimos a instituição para a comunidade. E ela colaborou. Ajudando com mão-de-obra, contribuiu com dinheiro, e participou do Círculo de Pais e Mestres e no Conselho Escolar.

Em 2003, ao iniciarmos o Curso de Especialização com Ênfase em Gestão Educacional – oferecido pela Universidade Federal de Santa Maria – a necessidade de se produzir uma monografia trouxe à tona essa preocupação, que acredito ser da maioria dos gestores educacionais: por que a comunidade não participa como deveria, no sentido de auxiliar os filhos, de modo que o ensino produzido na escola possa ter uma melhor qualidade?

Este projeto de pesquisa verificou que imagem a comunidade, da Escola Municipal de Ensino Fundamental Dagoberto Barcellos, de Caçapava do Sul, tem

da instituição-escola. A partir dessa constatação, buscou-se identificar por que não há participação que se deseja da comunidade, rumo a um nível de comprometimento bem maior do que existe.

Definido o tema a ser aprofundado, partimos para o roteiro a ser seguido pelo estudo. Primeiramente, é necessário que se estude mais detalhadamente essa comunidade. É importante, então, saber que imagem a comunidade tem da instituição-escola. Feita essa pesquisa, certamente a análise dará subsídios suficientes para entender os possíveis motivos que impedem a comunidade de participar efetivamente na orientação dos filhos, com relação a um melhor desempenho na escola. A seguir, iremos sugerir ações tanto para a escola, como para os pais sobre o nível de participação que julgamos ser possível e necessário que ocorra, visando a um ensino de qualidade.

A escola sozinha tem dificuldade para oferecer um ensino de qualidade, devido à omissão de outras áreas envolvidas no processo educacional. Por esse motivo, a parceria com a comunidade surge como uma alternativa urgente.

Nesse sentido, é fundamental, por parte da instituição, estabelecer uma cultura de participação da comunidade. Para que isso aconteça, é necessário, em primeiro lugar, conhecê-la e criar espaço para que ela participe efetivamente da vida escolar de seus filhos.

No entanto, trata-se de uma participação com um sentido mais amplo. Diferente daquela que acontece com o Círculo de Pais e Mestres e Conselho Escolar. Não se trata de participação por representação. Também não nos referimos à participação de pais ajudando a instituição, com mão-de-obra ou dinheiro. A exemplo do que propõe o projeto Amigos da Escola.

Aliás, buscamos uma participação que nem exige a presença dos pais fisicamente, na escola. Queremos a contribuição dele, orientando o filho em questões como educação, responsabilidade na realização de trabalhos e no estudo, valorização da escola, como uma oportunidade de crescimento pessoal e profissional, estabelecendo objetivos que passem necessariamente pela instituição-escola.

É comum ouvir dizer que nossos alunos não querem “nada com nada”. Não tem objetivo ao virem para a Escola, que seus pais não cobram estudo nem

responsabilidade com as tarefas. Entre outras tantas reclamações. Trabalhamos com a hipótese de que não é por aí que se deve refletir sobre o problema. Existe um dado do Ministério da Educação, que será a base desse estudo:

“Na década de 50, apenas 36,2% das crianças na faixa etária dos 7 aos 14 anos, estavam na escola. Em 1991, o percentual de crianças passou para 90,5%”.(SAEB, 1994).

Essa pesquisa permite várias leituras. Vamos trabalhar com a constatação de que esse enorme contingente:

- a) foi para a escola por força da lei.
- b) Possivelmente jamais seus pais pensaram em colocá-los ali. Não consideram a escola um espaço de oportunidades e crescimento, que pode melhorar suas vidas. Enfim, ajudá-los a serem mais feliz.
- c) A família desses alunos provavelmente não tenha passado por uma instituição de ensino ou se a freqüentou foi por pouco tempo.
- d) Eles não usufruíram, por exemplo, dos benefícios que são proporcionadas a quem estuda.
- e) Desconhecem como seus filhos devem agir para que obtenham sucesso na escola.

Por isso, além do objetivo dessa investigação de entender a visão que a comunidade tem da instituição de ensino, buscamos também sugerir ações à comunidade e à escola, visando a participação e a integração efetiva de ambas, rumo a um ensino de qualidade.

Em nosso contexto educacional, sempre ouvimos de diferentes pais que a escola é importante e que ela vai ajudar seu filho a viver melhor. No entanto, constatamos muitas vezes que isso não passa de um discurso, de uma retórica. E não queremos dizer com isso que não há a intenção de que o filho se dê bem na instituição. A impressão que se tem – e isto é que queremos verificar – é que nossos pais não estão instrumentalizados, ou não sabem como auxiliar seu filho de modo a que ele obtenha sucesso na escola.

Até mesmo porque os pais, em sua maioria, não estudaram e não usufruíram os benefícios que a instituição oferece aqueles que por ali passaram e obtiveram êxito. Não sabem, por exemplo, auxiliar o filho nas tarefas, não cobram

responsabilidade dos filhos, não exigem que eles estudem e, inclusive, retiram os filhos da escola por não dar a ela a devida importância.

Enfim, inúmeras são as situações que evidenciam que, pelo fato de não saber como agir, deixam de participar como deveriam. Afinal a presença de nossa sociedade na escola é um fato recente em nossa história.

Por outro lado, a escola também tem sua parcela de responsabilidade pela não participação de sua comunidade da maneira que ela gostaria que participasse. Em primeiro lugar ela não conhece o pensamento da comunidade, sua visão de mundo, seus objetivos, seu grau de instrução, suas carências. Não sabe, enfim, por que ela não participa. A própria LDB 9.394/96, que traz em seu bojo a oportunidade de reconstruir a escola na sua essência, deixa claro que mesmo antes de pensarmos uma proposta político-pedagógica, investiguemos a relação da escola com a comunidade externa.

Acredito que é dever da escola saber orientar e, principalmente, saber comunicar à comunidade de que maneira deseja que ela participe, tornando-a sua aliada, parceira. E é, por tudo isso, que este projeto é relevante e se justifica.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Na educação, como ocorre em outros âmbitos do pensamento e da ação, existe um interesse de primeira ordem relacionado com a explicação de como se movem os fenômenos vinculados a ela, ou como podemos fazer com que se movam na direção adequada para satisfazer nossas aspirações. Esse interesse é motivado pela curiosidade acerca do que faz com que as coisas e os processos que vemos diante de nós sejam como são, participemos ou não deles. Como pessoas, preocupamo-nos com as causas daquilo que se transforma diante de nossos olhos; chama-nos a atenção o fluir dos grandes acontecimentos.

Essa inquietação ultrapassa o âmbito da discussão entre especialistas, o da reflexão epistemológica e o da profissão docente, pois está implícito e oculto, de alguma forma, em todo aquele que intui que a educação é um motor de transformação pessoal, cultural, econômico ou de progresso em geral. Os pais querem compreender e orientar seus filhos, as pessoas desejariam orientar e ajudar seus amigos, muitos empreendem ações pela melhoria de grupos sociais, uma empresa de comunicação incentiva modelos de cidadão e de sociedade, a política tem – ou deveria ter – projetos e idéias sobre como conseguir sua realização, etc. Pertence à essência do ser humano buscar e atribuir causas àquilo que acontece, estabelecer pontes entre o que se crê e a realidade que se deseja, e assim tem sido constatada essa preocupação na história do pensamento.

Todos os profissionais envolvidos com a Educação precisam estar cientes que há muito que fazer em favor dela, uma vez que a educação escolar

de qualidade social tem as seguintes características: assegura sólida formação de base que propicia o desenvolvimento de habilidades cognitivas, operativas e sociais, o domínio dos conteúdos escolares (conceitos, procedimentos, valores), a preparação para o mundo tecnológico e comunicacional, integrando a cultura provida pela ciência, técnica, linguagem, estética, pela ética.

Desenvolve processos de formação para a cidadania, incorporando novas práticas de gestão, possibilitando aos alunos a preparação para a participação nas organizações e movimentos populares, de modo a contribuir para o fortalecimento da sociedade civil e controle da gestão pública. Para isso, cria situações para a educação da responsabilidade, participação, iniciativa, capacidade de liderança e tomada de decisões.

Assegura a elevação do nível escolar para todas as crianças e jovens sem exceção, em condições iguais de oferta dos meios de escolarização; promove a integração entre a cultura escolar e outras culturas, no rumo de uma educação multicultural e comunitária; cuida da formação de qualidades morais, traços de caráter, atitudes, convicções, conforme ideais humanistas; dispõe de condições físicas, materiais e financeiras de funcionamento, condições de trabalho, remuneração digna e formação continuada dos professores; incorpora no cotidiano escolar as novas tecnologias da comunicação e informação.

Falar de educação representa referir-se a um mundo de significados variados: obtenção de qualidades ou estados subjetivos nas pessoas, processos que conduzem a eles, aspirações sociais compartilhadas, atividades familiares, políticas para a educação, atividades profissionais e institucionais. Desde o século XIX, vem-se realizando esforço sistemático para compreender, por meio da formalização de um conhecimento especializado, no qual se misturam muitos outros do senso comum, como se estruturam as forças, os componentes, a dinâmica que faz com que a educação funcione da forma como é feita.

A participação, como forma de legitimar a Gestão Democrática, constitui hoje um dos temas mais presentes na agenda das reformas da gestão escolar, nos mais diversos países. No Brasil, a LDB 9.394/96, que traz em seu bojo a oportunidade de reconstruir a escola na sua essência, deixa claro que, mesmo antes de pensarmos uma proposta político-pedagógica, investiguemos a relação

da escola com a comunidade externa.

Contudo, o aparente consenso sobre a necessidade de “aumentar a participação” esconde divergências profundas quanto à distribuição de poderes entre os diferentes atores e parceiros educativos. Conforme afirma Demo (1996: 82),

(...) é erro imaginar que a participação é apenas utopia. É realizável sim, muito embora nunca de modo totalmente satisfatório. (...) Participação não é dada, é criada. Não é dádiva, é reivindicação. Não é concessão, é sobrevivência. Participação precisa ser construída, forçada, refeita e recriada. Nem podem faltar o entusiasmo e a fé nas potencialidades de quem a primeira vista pareça de tudo destituído e imerso só em pobreza.

Assim, sob o conceito amplo de “participação” misturam-se medidas de natureza e alcance diferentes, cujos efeitos sobre as estruturas da gestão, modos de organização e resultados da escola que podem ser muitas vezes contraditórios.

No entanto, para que a participação não se resuma a uma mera técnica de motivação, torna-se necessário que ela esteja intimamente ligada ao desenvolvimento de uma cultura de participação na própria escola. Entende-se por cultura de participação o reconhecimento, por todos os segmentos, como um valor essencial que deve orientar todas as suas práticas.

Nesse sentido, é preciso que se criem condições para o desenvolvimento dessa cultura. São, portanto, de suma importância, para esse fim, os órgãos de gestão da escola e os líderes naturais da comunidade. Enquadram-se nesse grupo os presidentes de associações, agentes de saúde, os coordenadores da Capelas e, em nossa localidade, especialmente os diretores das empresas de calcário, que exercem uma influência muito grande sobre os pais de nossos alunos.

A participação não pode ser vista como um ritual que se reserva para os grandes momentos, como entrega de boletins, conselhos de classes e festas comemorativas. Ela deve ser concebida como um modo de vida, que permite, por

exemplo, resolver favoravelmente a tensão sempre existente entre o individual e institucional.

Aliás, a participação traz consigo conseqüências positivas e negativas. Especialmente um jogo de poder, onde alguns grupos tentam se sobrepor aos outros. Afinal como diz Demo (1996:2): “É preciso entender que participação que dá certo traz problemas. Pois este é seu sentido. Não se ocupa espaço de poder, sem tirá-lo de alguém. O que acarreta riscos, próprios do negócio”.

A participação não se impõe com recurso a processos típicos de uma gestão autoritária. Para não cair neste paradoxo, os responsáveis pela gestão da escola devem orientar sua ação para fazer emergir junto dos professores, dos alunos, dos pais, a própria necessidade de participar. Isto significa que, para além da dimensão substantiva que a participação necessariamente deve ter, é preciso que ela tenha um sentido instrumental, que seja finalizada e se traduza em coisas concretas. Só assim é possível fazer com que as pessoas reconheçam a sua necessidade e utilidade, bem como os benefícios que elas e a instituição, no conjunto, podem ter.

Além disso, como em toda mudança organizacional, a introdução de uma postura participativa exige, simultaneamente, como diz Friedberg (1995:34),

a propósito das estratégias de mudança nas organizações: o exercício de uma liderança empreendedora (capaz de fazer o diagnóstico, dar o impulso inicial, criar a ruptura com a situação anterior, gerir e animar o processo de mudança e introduzir-lhe as correções necessárias); e uma participação efetiva dos atores interessados (capaz de assegurar a mobilização das suas idéias, dos seus saberes, da sua experiência, das suas soluções).

O tema da participação dos pais junto a seus filhos e na escola, com o objetivo de melhorar o desempenho escolar destes, tem argumentos a favor e contrários. Aqueles que se manifestam contrários alegam que a função de ensinar é da escola. Segundo eles, não compete aos pais realizarem essa função, que é específica da instituição de ensino. De acordo com Paro (2000: 25):

A preocupação é procedente diante das arbitrariedades que costumam acompanhar o discurso e as práticas relacionadas ao tema, mas é preciso um maior esclarecimento do assunto. Por um lado, o fato de a escola ter funções específicas não a isenta de

levar em conta a continuidade entre a educação familiar e a escolar: por outro, é possível imaginar um tipo de relação entre pais e a escola que não esteja fundada na exploração dos primeiros pela segunda.

É preciso que escola e família se entendam, tenham a compreensão de que tudo que reverter em benefício dos alunos favorece a educação escolar e, conseqüentemente, poderá reverter em benefício dos pais, na forma da melhoria da educação de seus filhos.

O outro mal-entendido presente na discussão da colaboração que pode ser dada pelos pais, visando ao melhor desempenho escolar dos filhos, refere-se a própria compreensão que se tem desse desempenho. Entendemos que a escola deve comprometer-se com uma educação que supere a visão tradicional de que desempenho é apenas a formação pessoal dos educandos com conhecimentos e habilidades facilmente mensurados pelas avaliações (internas e externas) por nós realizadas e pelos resultados dos vestibulares e provões. Buscamos uma educação que qualifique nossos alunos a serem sujeitos capazes de engrandecerem suas práticas político-sociais.

É com essa visão de formação mais completa que a atual pesquisa procurou investigar de que modo a família pode interferir e auxiliar no desempenho escolar de seu filho.

Berger & Luckmann (1973:175) conceituam dois tipos de socialização para a criança que inicia sua escolarização. Conceito esse que embasa e justifica a relevância do tema em estudo. Trata-se da socialização primária e a socialização secundária. Elas demonstram uma primeira associação entre o mundo da família e o da escola. Nas palavras deles, “a socialização primária é a primeira socialização que o indivíduo experimenta na infância, e em virtude da qual torna-se membro da sociedade. A socialização secundária é qualquer processo subsequente que introduz um indivíduo já socializado em novos setores do mundo objetivo de sua sociedade”.

Para esses autores a socialização primária tem um poder muito maior de permanência na criança do que socialização secundária. Segundo eles, “é imediatamente evidente que a socialização primária tem em geral para o indivíduo

valor mais importante e que a estrutura básica de toda socialização secundária deve assemelhar-se à da socialização primária”. (Berger & Luckmann, 1973:175).

Conforme Paro (2000:26),

se assim é, e se considera importante o desenvolvimento de hábitos de estudo, parece que o seio da família deveria ser considerado como um local privilegiado para se desenvolver a iniciação desses hábitos, mesmo antes de a criança começar a freqüentar a escola.

Certamente essa afirmação serve como um excelente argumento em favor da necessidade de participação da família, auxiliando os filhos. No entanto isto demonstra também que a escola precisa realizar um trabalho junto à comunidade no sentido de valorizar e demonstrar o quanto o seio da família pode contribuir para o efetivo sucesso dos filhos na instituição. Visto que “o mundo interiorizado na socialização primária torna-se muito mais firmemente entrincheirado na consciência do que os mundos interiorizados nas socializações secundárias”. (Berger & Luckmann, 1973:180).

Historicamente a escola atua isolada. Várias são as justificativas para esse isolamento. Podemos citar: a falta de habilidade dos seus administradores em desenvolver uma cultura de participação; relações autoritárias entre os segmentos; um trabalho compartimentalizado e, sobretudo, burocratizado. É difícil entender essa postura, uma vez que o desejo do ser social, é, sem dúvida, o de participar das decisões do seu grupo.

Diante desse quadro, é necessário que se construa uma escola que contribua enormemente para a emancipação do ser humano, enquanto ser social, pela sua participação ativa, em todas as decisões da sua vida cotidiana.

É hora de investigar quais são as relações possíveis de se construir, a partir das já existentes entre todos os segmentos da comunidade escolar.

Para tanto é importante que se defina o termo comunidade. Embora essa seja uma tarefa complicada, em se tratando de uma sociedade de classes como a nossa, que ainda busca um modelo democrático próprio. Em geral, observam-se alguns aspectos implícitos no conceito de comunidade, entre eles destacam-se as idéias de solidariedade, de integração cultural, de atuação e visão clara da realidade, bem como os aspectos geográficos, econômicos e

históricos. A organização e o espontaneísmo também são incluídos como características da comunidade.

Uma breve leitura das definições de comunidade demonstra os cuidados que devemos ter com o conteúdo ideológico contido nelas, visto que, conceituar comunidade como um organismo vivo, em constante mudança, não parece valorizar o aspecto dialético como algo importante.

As diferenças e conflitos de opinião e interesses são comuns entre os membros de uma comunidade. Sendo assim, a comunidade não se admite como uma estrutura harmoniosa e com concordância de objetivos. Nesse sentido, de acordo com Paviani (1990:62), “a comunidade se aproxima da idéia da efetiva participação proporcional de todos os pontos de vista, de todas as vontades representadas pelos diversos segmentos que a compõem”.

A análise da história das diferentes concepções dadas ao termo comunidade demonstra que em cada momento histórico há uma postura ideológica, que tende a adequar-se às exigências da época.

Entre 1940 e 1958, o conceito de comunidade apresenta-se fundado em pressupostos teóricos, defendidos por positivistas e funcionalistas. Não há referência a conflitos, mas sim a valorização da dimensão social harmônica.

O pensamento positivista apresenta a sociedade como fundamentada em três estruturas básicas: indivíduo, família e comunidade. O processo educativo vem a ser, por um lado, algo estático, regimentado por normas que garantam a ordem, e, por outro lado, um processo dinâmico, no qual a educação promove o progresso.

De acordo com o pensamento funcionalista a sociedade é concebida como um todo, composta por partes interdependentes. Os funcionalistas classificam as comunidades em imaturas, desinteressadas e integradas. Esta última é considerada por eles como ideal, por ser equilibrada e estável. Defendem a família, o civismo e a participação política, desde que contida nos moldes dominantes e, principalmente, idealizam uma sociedade sem conflitos.

O segundo momento histórico, situado entre 1960 e 1964, procura estabelecer um discurso mais político e mais crítico, onde a comunidade fica inserida em um contexto de desenvolvimento mais amplo: o contexto nacional.

A colaboração dos intelectuais na modernização dessas estruturas se dá, muitas vezes, de forma antagônica, uma vez que os diversos tipos de posicionamento que ora apóiam as classes dominantes, ora as dominadas.

Há apenas um posicionamento comum a todas essas posturas: a ausência ou emissão da divisão da sociedade em classes que estão em lados contraditórios.

No terceiro momento, que vai de 1964 a 1977, surge um regime que rompe com o nacionalismo. A coerção passa a controlar os movimentos políticos populares, e o crescimento econômico é visto como prioridade. Nesse período, a comunidade somente participa do regime se o apoiar de forma incondicional, o que sugere um esvaziamento de conteúdos filosóficos e políticos em todos os objetivos da mesma.

A educação passa a ser instrumento de preparação de uma força de trabalho que produza o suficiente para o tão esperado desenvolvimento do país. A participação social se faz, portanto, num âmbito apenas de desenvolvimento sócio-econômico.

O discurso oficial regimenta-se pela participação comunitária. O milagre econômico torna-se um engodo e começam a surgir algumas brechas, o que possibilita o período posterior de abertura, que garante o bloco dominante no poder.

A escola permanece, ainda em muitos casos, mergulhada no tecnicismo, e as tentativas de alteração começam a se intensificar a partir da década de 80.

O conhecimento sobre o modo como a participação popular tem sido tratada no Brasil força-nos a ter outra postura em relação à visão e as ações, quando buscarmos a participação da comunidade, para que não incorramos em antigos erros. Como diz Paviani (1990:65), “na medida que a escola desconhece a experiência e o pensamento do aluno e da comunidade, só pode agir como se

tivesse o monopólio do saber. A postura pedagógica passa a ser autoritária e, em geral, puramente verbalista”.

Nossa realidade exige, portanto, um nível de participação, conforme afirma Pinto (1994:16),

... se considerarmos a participação como uma prática política, que visa especificamente a mudança de relações de poder na perspectiva de fazê-las mais horizontais, mais dialógicas, e por conseguinte mais democráticas, torna-se óbvio que a instauração de uma perspectiva participacionista, no âmbito da escola, vai instituído na escola, com a estrutura das relações de domínio e hegemonia que nela vigoram.

O tema participação começou a surgir, no Brasil, no final dos anos 70, com os profissionais ligados à educação. Eles se preocupavam em discutir e avançar na construção de práticas educativas na escola. Foi nessa época que iniciou o debate sobre a participação da comunidade na escola e da escola na comunidade.

Para Gandin (1988:82), “participação é construção em conjunto”. Pois no processo educativo participativo, todos (pais, professores, alunos e funcionários) têm sua palavra a dizer, sendo garantidas a livre expressão e a comunicação entre os participantes, determinando nova orientação da ação pedagógica-administrativa da escola.

Uma escola participativa é uma escola reunida, que decide, executa, avalia, pronuncia-se em conjunto, pois a participação no processo global reflete diretamente na vida da escola, influenciando no processo de tomada de decisões.

Para Horta (1978:4), o conceito de participação, no processo educativo, “... assume seu verdadeiro sentido quando indica uma presença ativa de todos os interessados no processo de tomada de decisões, na definição dos objetivos, a organização e o funcionamento do sistema educativo em seus diferentes níveis”.

Assim, quando a participação de todos os envolvidos for assumida com responsabilidade, haverá integração da escola com a comunidade. Esse é, na verdade, o grande desafio da instituição. Ela tem buscado esse objetivo, mas com muito receio e sem a devida base teórica e prática para tal fim.

No entanto já houve uma evolução. Através da proposta curricular, tem-se a oportunidade e a liberdade de analisar sua prática, aproximando o aluno à produção de um conhecimento emergente da cultura e da realidade em que estiver inserido, trabalhando e planejando conhecimentos carregados de noções e valores adequados às suas necessidades e interesses.

Sacristán (1998:53) salienta:

À medida que o currículo é um lugar privilegiado para analisar a comunicação entre as idéias e os valores, por um lado, e a prática, por outro, supõe uma integração importante na teoria curricular. Valorizando adequadamente os conteúdos, os vê como linha de conexão da cultura escolar com a cultura social. Mas a concretização de tal valor só pode ser vista em relação com o contexto prático em que se realiza, o que, por sua vez, está multicondicionado por fatores de diversos tipos, que se convertem em agentes ativos do diálogo entre o projeto e a realidade.

Nesta perspectiva, não restam dúvidas de que, o currículo sendo construído de maneira coletiva, onde todos os integrantes do processo escolar têm liberdade de opinar e decidir, na organização da escola, na escolha dos conhecimentos a serem trabalhados, amplia-se o trabalho educativo. Buscam-se novos caminhos e alternativas através do diálogo e da participação para o crescimento do grupo e melhoria do ensino.

O currículo deve possibilitar ao educando estabelecer relações com o meio em que vive, percebendo-se parte dele; entender relações de trabalho estabelecidas entre homens, bem como se entende como integrante de uma cultura, valorizando suas próprias formas de pensar, agir e de se expressar, sem desconsiderar o intercâmbio entre as diferentes culturas, deve produzir suas próprias experiências e de buscar elementos decorrentes com a realidade vivida pelo aluno.

Há algum tempo os gestores educacionais já vêm trabalhando na perspectiva de uma Gestão Democrática, conforme prevê a Lei Estadual 10.576/95 – participação de todos os segmentos da comunidade escolar, em todas as decisões a serem tomadas na instituição.

Esse processo foi alavancado pelas conquistas da categoria, quando da eleição para diretores e da formação dos Conselhos Escolares. Essa Lei da

Gestão Democrática, tão enfatizada nos espaços educativos, vem contribuindo no sentido de que decisões sejam debatidas, refletidas, para, posteriormente, serem assumidas com responsabilidade pelo grupo.

Foi um passo essencial rumo a uma educação para a cidadania, isto é, para o ser cidadão, que tem a possibilidade de participar no processo de tomada de decisões, desde o princípio da educação formal.

No entanto isso foi só um começo. Para que a democratização das relações escolares tenha a amplitude que deve ter, faz-se necessário que aconteçam mudanças significativas no contexto da gestão escolar.

A escola tornar-se-á verdadeiramente democrática não por força desta ou daquela lei, mas por sua atuação enquanto formadora de consciência crítica, reflexiva do ser cidadão. Aproveitando todos os espaços para oportunizar aos seus educandos, pais e comunidade em geral, uma reflexão crítica antes das tomadas de decisões. Desse modo, estará contribuindo na construção da cultura democrática. É bem verdade que esse é um processo lento, mas indispensável, para quem almeja construir uma nova ordem social, que se efetive na ação cotidiana de todos os segmentos sociais.

Também temos consciência de que somente a escola não pode operacionalizar uma revolução social, no sentido da construção de uma nova ordem social, que se deseja democrática pela efetiva participação. Porém não temos dúvida de que a instituição é fundamental neste processo. Em especial, pelo seu caráter exclusivamente educativo.

Para que esses objetivos se efetivem, cumprem papel fundamental os gestores das instituições de ensino. Da habilidade deles, depende o melhor encaminhamento rumo ao desenvolvimento de uma cultura da participação em nossas escolas. Seu primeiro e grande desafio, apresentado pela LDB 9.394/96, é a construção do Projeto Político-pedagógico.

Segundo Bicudo (1999:73): "...será preciso pensar, portanto, num projeto político-pedagógico coletivo que leve em conta o processo de apropriação do conhecimento sistematizado, utilizando-se de métodos pedagógicos vivos a partir

da realidade do aluno, fazendo da prática social o ponto de partida e chegada do processo educativo formador”.

Neste processo participativo, todos ganham na medida que vêm suas idéias e objetivos contemplados. A construção participativa possibilita rever metas, objetivos, metodologias e conhecimentos que melhor assegurem aos educandos, na formação deles, tornarem-se criativos, críticos e sobre tudo participativos.

Para tanto precisamos pensar na escola “de verdade”, preocupada em conhecer o aluno “de verdade”, concreto, real, identificado por suas características e necessidades. Uma escola preparada para atender este aluno e não mais a alunos idealizados, abstratos. Trata-se de uma escola que, procurando resgatar a vida do aluno, exige a ação conjunta dos educadores no sentido de que não mais legitimem as desigualdades, mas que contribuam para a construção de uma escola comprometida com os interesses da maioria.

Uma escola integrada com a comunidade poderá fazer com que o processo de seu funcionamento se torne mais educativo, comprometendo-se com a formação de seus alunos, com os conhecimentos de acordo com a realidade da sua família e comunidade e, principalmente, comprometendo-se em formar cidadãos conscientes de seu papel na sociedade.

3. METODOLOGIA

Esta investigação caracteriza-se como um Estudo de Caso, de natureza Qualitativa. Abordou a visão que a comunidade – definida como o conjunto de pais ou responsáveis dos alunos da Escola Municipal Dagoberto Barcellos, de Caçapava do sul – têm da instituição-escola, para sugerir ações que contribuam para uma efetiva participação da família no sentido de auxiliar os filhos em casa. Com isso, busca-se melhorar a qualidade do ensino ali desenvolvido e o conseqüente sucesso dos alunos.

O Estudo de Caso visa retratar uma realidade de forma mais completa e profunda, abordando aspectos essenciais e típicos, que envolvem uma determinada situação. Apresenta grande aceitação na área educacional, devido a sua potencialidade, no que tange investigar, rever e/ou redimensionar questões que envolvem o cotidiano escolar.

Sobre essa metodologia de pesquisa, Lüdke e André (1986, p. 23) fazem a seguinte afirmação: “Encerra um grande potencial para conhecer melhor os problemas da escola. Ao retratar o cotidiano escolar em toda sua riqueza, esse tipo de pesquisa oferece elementos preciosos para uma melhor compreensão do papel da escola e suas relações com outras instituições da sociedade”.

A opção por esse enfoque pareceu-nos a mais adequada por permitir examinar em profundidade os múltiplos aspectos do objeto ora em questão, entre outras razões porque “permite fazer um enlace constante e permanente entre a teoria e a prática, durante o próprio desenrolar do trabalho”.(Moysés, 1994:12).

O interesse pelo Estudo de caso está naquilo que ele tem de único e particular, pois para a pesquisa educacional é considerado importante, porque, numa concepção crítica da realidade, leva em consideração os elementos processuais, as situações investigadas e a possibilidade de mudança de tais situações.

Assim, o Estudo de Caso torna-se claro no momento em que o estudo se desenvolve, tendo como finalidade retratar uma unidade em ação, destacando-se por constituir uma unidade dentro de um sistema mais amplo.

A pesquisa Qualitativa procura estudar os fenômenos educacionais dentro do contexto social e histórico em que vivem e acontecem, pois ao retratar o cotidiano escolar em toda sua riqueza, oferece elementos preciosos para uma melhor compreensão do papel da escola na sociedade.

A coleta de dados deu-se por meio de observações e questionários, sendo que estas tiveram uma postura bastante flexível, de modo que o entrevistado discorresse amplamente e sem constrangimentos a respeito do tema solicitado. Muitas vezes o entrevistador se limitou a agir como observador e ouvinte. Essa postura inclui nitidamente elementos da pesquisa-ação ou da pesquisa-participante, em que:

o pesquisador coloca-se como elemento que faz parte da situação que está sendo estudada, não pretendendo ter uma posição de observador neutro. Sua ação no ambiente e os efeitos dessa ação são, também, materiais relevantes para a pesquisa. Como a situação escolar é um processo permanentemente em movimento, e a transformação é justamente o resultado desejável desse processo, métodos de pesquisa que permitam captar transformações são métodos mais adequados para pesquisa educacional. (Oliveira, 1993: 65).

A escola alvo dessa pesquisa possui em torno de 350 alunos. A grande maioria (90%) reside na zona rural. Fizemos entrevistas nas 11 localidades que compõem nossa comunidade escolar. Temos localidades distantes até 40 quilômetros da escola. Pegávamos um ônibus e íamos às localidades, casa por casa, conversar com os pais ou responsáveis. Além de fazer as entrevistas ainda ficávamos conhecendo “in loco” a realidade de nossos alunos, sua condição de

vida e as dificuldades enfrentadas com o transporte escolar para se deslocar até a instituição.

Privilegiamos o contato com os membros adultos, especialmente pais e responsáveis. Par ter acesso a seus esquemas de representação a respeito do saber e da escolaridade, bem como das concepções que têm do processo de ensino pelo qual estão passando seus filhos, desenvolveu-se toda uma estratégia de abordagem e diálogo que pôs à vontade para falarem e refletirem acerca dos assuntos solicitados.

Para realizar as entrevistas, fizemos a escolha das famílias aleatoriamente. Simplesmente seguimos o roteiro. Chegamos, às vezes entrevistávamos a família, outras vezes simplesmente conversávamos. Na realidade visitamos em torno de oitenta famílias. Em muitos casos os responsáveis não estavam em casa. Outras vezes não pudemos chegar em algumas residências por causa da distância e do difícil acesso a elas.

4. UMA LEITURA DOS RESULTADOS

Pretendemos, neste tópico, apresentar os resultados obtidos a partir da análise dos dados coletados, com o objetivo de responder à questão de pesquisa formulada para esse estudo.

Nesta análise constam os resultados de uma pesquisa realizada com o objetivo específico de revelar a visão que a comunidade da Escola Municipal de Ensino Fundamental Dagoberto Barcellos, de Caçapava do Sul, tem da instituição, buscando colher subsídios para sugerir ações, no sentido de alcançar uma maior e efetiva participação da família, auxiliando o filho em casa. Com isso, busca-se melhorar a qualidade do ensino ali produzido.

Os dados das entrevistas dos questionários foram compilados e organizados em um “documento de trabalho”.

A sistematização dos dados foi feita de acordo com os seguintes passos:

- a) registro de entrevistas;
- b) agrupamento de depoimentos, em torno de aspectos comuns destacados nas entrevistas e questionários.

Desta forma buscamos constatar e analisar o pensamento da comunidade escolar para conhecê-la melhor.

Entendemos que para existir uma escola preocupada com a formação do educando, é necessário que haja vontade política de seus profissionais, buscando apoio e parcerias para o desenvolvimento da tarefa educativa na

comunidade, pois aprofunda o enraizamento da escola e, por outro lado, amplia o compromisso da comunidade com a educação de nossos alunos.

Foram alvo desta pesquisa 32 famílias, de diferentes localidades de nossa comunidade. Cada uma respondeu 3 questionários.

Buscando verificar qual a visão que tem da instituição-escola, perguntamos: **ao colocar seu filho (a) na escola, o que espera que a instituição faça por e para ele (a)?**

Constatamos que a maioria dos entrevistados tem uma visão primeira da escola com conotação utilitária e apenas secundariamente tem uma conotação de espaço que possibilita a emancipação, a transformação de si do meio em que vive. O vencer na vida associado à aquisição de um bom emprego são objetivos almejados para os filhos.

Outra constatação importante foi a de que os pais ou responsáveis visualizam a escola, embora de maneira muito ampla e lançando mão de chavões, como um local em que os filhos vão para: “aprender para melhorar a sobrevivência”; “adquirir conhecimentos, valores e hábitos”; “preparar-se para a vida”; “se educar e socializar-se com os outros”; “realizar seus estudos e formar um profissional”; “ser alguém na vida”; “ser alguém na vida para não passar o que eles (pais) passam”.

Também foi possível perceber que alguns entrevistados não têm uma idéia muito clara sobre como a instituição pode contribuir na formação de seu filho, e, portanto, uma conclusão possível é: somente o colocou na escola por obrigação. Nesse sentido, foram comuns afirmações como: “saia com ensino completo”; “que ele aprenda”; “gostaria que aprendesse”; “para passar de ano”; “ajudar ele no que ele precisar”.

Não percebemos nos entrevistados uma visão negativa da escola, do ato de estudar, com vistas a um futuro melhor. Aquelas afirmações correntes de que hoje em dia as pessoas mais badaladas, as celebridades, quem possui status, não são aqueles que estudam, como por exemplo, os professores. Embora já tenhamos ouvido pais e alunos dizerem que os filhos só estudarão até

a oitava série, porque eles não têm condições financeiras de dar mais estudo. Ou porque o futuro deles é trabalhar de peão ou numa empresa de calcário. Funções que não exigem estudo. Ou até, no caso das meninas, dizem que em breve elas irão casar e possivelmente o marido não irá deixá-las estudar. Existem inclusive aqueles que afirmam ter colocado os filhos na escola porque a lei obriga. Felizmente são casos isolados.

Buscando entender se a escola é importante no sentido de contribuir para o futuro dos alunos, perguntamos: **o que planeja para o futuro de seu filho (a)?**

As respostas demonstraram que a família vê na instituição-escola uma oportunidade, uma parceria, que poderá contribuir na formação de seus filhos, de modo que tenham um futuro melhor. Foram feitas afirmações como: “fazer uma faculdade”; “que sigam estudando, que tenham uma profissão”; “tudo o que é bom, faculdade, quanto mais estudar melhor”; “ser uma pessoa inteligente”; “termine os estudos”; “continuar estudando, que consiga um bom emprego e casamento”; “que ela se forme”; “Ir embora para Porto Alegre com os pais, para que possa continuar estudando”; “trabalhar em algum lugar que ganhe mais”.

Ao mesmo tempo em que ficamos satisfeitos ao ver que, pelo menos no discurso, nossa comunidade valoriza a escola, dando importância à contribuição que ela proporcionará a seus filhos, percebemos uma grande responsabilidade sobre nós. Maior do que podemos dar conta. Temos consciência de que não podemos cumprir tudo que as famílias esperam da instituição e, principalmente, dos gestores e docentes. Precisamos deixar bem claro qual é a parcela que cabe a cada um dos segmentos, sob o risco de estarmos sendo irresponsáveis e deixando de cumprir nossa missão adequadamente.

Outro questionamento que fizemos - através de um instrumento que ficou com a família e, assim que respondessem, mandariam para a escola, buscando influenciar o mínimo possível nas respostas – foi: **quais são, na sua opinião, os pontos positivos da escola?**

Obtivemos as seguintes respostas: “bons professores, colegas, o colégio é bom. A forma em que somos tratados é ótima”; “estudos bem puxados e boa merenda”; “1º tem o ensino fundamental completo; 2º transporte escolar; 3º e muitos livros na biblioteca para os alunos estudarem”; “que as crianças não vão só aprender a ler, mas sim aprendem muitas coisas boas e também a amizade e companheirismo dos professores (3 entrevistados)”; “área de recreação, segurança, educação, organização, ensino positivo (2 entrevistados)”; “em primeiro lugar o ensino daí é melhor que em qualquer coleginho pequeno, segundo lugar o grupo de professores são bons”; “estudar mais, ser estudioso, continuar assim”; “na minha opinião é o interesse das professoras em fazer os alunos se interessarem mais aos estudos, fazendo cumprirem o horário para tudo, estudarem, brincarem, jogarem”; “televisão, quadra de esportes, pátio cercado com tela, transporte escolar”; “os pontos positivos são a aprendizagem dos alunos. A explicação das matérias para os alunos. E a orientação para os estudos e os trabalhos que valem notas”; “o que tem de bom é a boa educação que os professores e funcionários tentam passar para os alunos. A união de tentarem se ajudar, nas horas difíceis de cada um, tanto na vida profissional, como pessoal “.

Também instigamos: **quais são, na sua opinião, os pontos negativos da escola?**

Tivemos as seguintes observações: “na minha opinião, não há pontos negativos (8 entrevistados)”; “não deixar as crianças sair do pátio nem estranhos entrar (4 entrevistados)”; “são os alunos falarem para os professores que os pais pediram para largarem mais cedo. Entregam um bilhete, dizendo que é para saírem mais cedo e matam aula (3 entrevistados)”; “colocar grade no janelão do 2º piso para não ter perigo para as crianças”; “falta de dentista, namoro no colégio e brigas”; “não possui 2º grau (8 entrevistados)”; “melhorar a merenda (3 entrevistados)”; “deve fechar as salas de aula na hora da merenda e no recreio”; “deixar as crianças que tem problema de bexiga irem ao banheiro”; “os alunos maiores judiam dos menores (2 entrevistados)”.

Essas duas últimas questões demonstram, que no conjunto, a comunidade tem um olhar crítico sobre tudo que acontece na instituição. Não tínhamos conhecimento da profundidade das observações. É lógico que individualmente a visão ainda é restrita. O ideal é que cada família tenha opinião sobre um grande número de itens e, de preferência, sobre os mais relevantes. Muitas observações fogem da competência da escola. Muitas são da própria família. Outras cabem à mantenedora. Os aspectos positivos também merecem uma leitura crítica nossa. Uma vez que poucas foram as observações acerca da qualidade do ensino por nós realizado.

Ainda na intenção de conhecer melhor a visão da comunidade, pedimos aos pais ou responsáveis: **Faça suas sugestões para a melhoria da escola.**

Essas foram às sugestões: “criação de cursos: supletivos, profissionalizantes, computação, corte e costura, conservas (9)”; “que tivesse o Ensino Médio completo(8)”; “que os alunos riscassem menos as classes, sujasse menos as paredes dos banheiros e corredores, não escrever nomes feios, cuidar mais dos banheiros, dar descarga, quando usar o vaso. Porque tem dias que estão com um fedor horrível (4)”; “seria importante que a Prefeitura se importasse um pouco mais com as escola do interior, não estou falando só do transporte escolar. Estou falando de um computador para a escola, ajudaria no desenvolvimento dos alunos e professores. Uma máquina de xerox ajudaria nos trabalhos escolares, avisos para os pais, etc. Que tivesse uma verba para que aqueles alunos mais revoltados falassem com uma psicóloga. Arrumasse o esgoto”; “menos conversa na sala de aula, explicassem mais as matérias para os alunos (4)”; “Não há sugestões (4)”; “mais participação em atividades esportivas(2)”.

Como vimos, agora sim, a maioria das sugestões estão direcionadas para a qualidade do ensino de nossa escola. Embora num sentido amplo, sem saber exatamente o que querem, percebemos que os pais pelo menos sabem qual é o caminho para atingir esse objetivo. Ou seja, o investimento financeiro,

tecnológico, nas relações intra e interpessoais, na parceria e na formação continuada dos docentes.

A incursão na visão que a comunidade tem da instituição-escola inevitavelmente funciona como um espelho. Quer dizer, nessa investigação também formamos uma idéia da comunidade como um todo. Essa leitura é fundamental para que possamos realizar um trabalho, visando a participação que almejamos e julgamos essencial e possível. Queremos que os pais, a família, auxiliem seus filhos em casa. Assim poderemos ter um melhor ensino, porque a instituição e os alunos terão maior sucesso em suas tarefas.

Com essa intenção, solicitamos: **escreva o que existe de bom em sua localidade.**

As famílias nos responderam: “bons vizinhos, terras férteis para qualquer plantação (14)”; “posto de saúde, eletricidade, água, trabalho, igreja, transporte escolar (7)”; “transporte escolar (8)”; “o Piquete da Guarda-Velha, pistas de remates, os balneários do Irapuá e o da ADESPAL (2)”; “não tem nada (1)”.

A pergunta oposta também foi feita: **Escreva o que existe de ruim na sua localidade.**

A maior reclamação sobre essa questão foi: “de ruim temos as estradas, que quando chove não passa nem o transporte escolar. Imagina o ônibus de linha que só passa aqui 3 vezes por semana (17)”; “falta de luz em dias de chuva (5)”; “falta de segurança causada pelos roubos(7)”; “clima muito úmido e frio (2)”; 2 entrevistados não responderam nada.

O grau de escolaridade dos entrevistados apresenta informações riquíssimas. O maior grupo é o de pais que tem até a 4ª série (26). Em seguida, têm-se aqueles familiares que possuem no máximo as séries finais do ensino fundamental (13). 7 pais de alunos não são alfabetizados. Constatação significativa para estudo ; apenas 5 familiares de alunos tem ensino médio completo. Não constatamos entre os entrevistados familiares que estejam cursando ou tenham concluído o ensino superior.

A pergunta seguinte tem relação direta com a anterior: **em casa, quem auxilia seu filho (a) nas tarefas escolares?**

Basicamente as respostas apontam 4 possibilidades. A mais freqüente é: “a mãe (13)”; Depois, temos: “ninguém (11)”; a outra possibilidade é: “os irmãos (6)”; e por fim: “o pai (2)”.

Queríamos saber logo após: **seu filho tem o hábito de estudar em casa? Por quê?**

Um número expressivo respondeu: “sim (14)”. No entanto as justificativas foram variadas. Tivemos: “para passar de ano”, “para aprender cada vez mais”, “porque gosta”, “para ser um grande profissional”, “porque julga importante” e “porque é interessado”. Alguns entrevistados simplesmente responderam: “sim (8)”. Sem nenhuma justificativa. E 10 pais ou responsáveis disseram simplesmente que seu filho (a): “não tem o hábito de estudar”.

Como já afirmamos, todos os alunos alvos dessa pesquisa usam o transporte escolar. E essa é realidade tem causado apreensão na comunidade, devido aos últimos incidentes ocorridos com veículos que conduzem os alunos. Em nossa escola 95% dos alunos necessitam do transporte para irem à escola. Um complicador para esse problema é o péssimo estado das estradas, conforme constatamos na questão que solicita que os pais apontem os aspectos negativos de sua localidade. Juntam-se a esses aspectos as precárias condições dos veículos.

Portanto é procedente e compreensível a preocupação dos pais, porque temos alunos que moram a 4, 7, 10, 15, 20, 25, 35 e 42 quilômetros distante da escola. Considerando a ida e a volta, teremos alunos que viajam até 84 quilômetros por dia para estudarem – e essa constatação somente foi possível, porque percorremos o trajeto feito pelos alunos diariamente. Desse modo, a exposição dos alunos a riscos no trajeto é muito grande. Soma-se a isso: a) à distância que os alunos caminham para chegar à parada do transporte. Tem alunos que caminham 500 metros, mas tem alunos que andam 1,5 e até 3

quilômetros até chegarem na parada. Alguns pegam 2 veículos para irem a escola. Precisam descer de um e esperar o outro; b) o horário que eles precisam sair de casa de manhã. Muitos saem entre 5h30min e 6h30min; c) para tanto, precisam levantar entre 5 e 6 horas da manhã; d) enfrentando o clima rígido do inverno, por exemplo. A escuridão, chuva e os riscos com animais que encontram pelo caminho; e) Finalmente, retornam para casa entre 13 e 14h, cansados e com fome.

Todas essas informações foram respostas das perguntas: **qual é a distância que seu filho (a) percorre para chegar à escola? Qual a distância de sua casa a parada do ônibus? Que dificuldades ele (a) enfrenta para chegar até a escola? Que hora seu filho (a) levanta e que hora sai para a escola?**

Talvez pudéssemos fazer essa espécie de radiografia da nossa comunidade sem sair da escola. No entanto, perderíamos a riqueza de detalhes que a proximidade com a realidade permitiu-nos captar. Trata-se de uma comunidade bem informada, quanto a seus direitos. Participa do processo de escolha da direção da escola desde 1999, portanto já está ocupando conscientemente seu papel como sujeito do processo democrático. Apresenta famílias que podemos enquadrar em dois grupos. Temos alunos, cujos pais trabalham nas empresas de calcário. O outro grupo, também significativo, é o dos pais de alunos que trabalham com agricultura ou pecuária.

Certamente a receptividade que tivemos das famílias e conhecimento que adquirimos sobre elas e o local onde moram foram talvez mais importante do que o estudo em si. Valeu, principalmente, para repensarmos nossa ação e, conseqüentemente, profissão e vida.

Por fim, acreditamos que, ao conhecer a realidade na qual vivem nossos alunos, poderemos repensar toda nossa prática pedagógica. Além de que se trabalha na dimensão afetiva, uma vez que, na relação professor-aluno, a afetividade é elemento fundamental para dinamizar a prática educativa.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para viabilizar a democratização da educação, não basta democratizar a escola, mas é necessário compatibilizar o aparelho administrativo com as exigências da democracia. Impõe-se a superação do funcionamento burocratizado, fragmentado, verticalizado e centralizado, que caracteriza a organização e o funcionamento interdisciplinar, horizontalizado e descentralizado, que agilize as ações administrativas e que tenha a capilaridade exigida pelo processo de participação dos usuários nas diversas instâncias de formulação das políticas públicas para o setor.

No mundo todo, estão sendo implantadas reformas educacionais para adequar o sistema de ensino às mudanças na economia e na sociedade. Uma das palavras-chaves é qualidade. Qualidade da escola refere-se tanto a atributos ou características da sua organização e funcionamento quanto ao grau de excelência baseado numa escala valorativo (a qualidade desta escola é ruim, medíocre, boa, excelente). Embora haja uma grande diversidade de opiniões entre os educadores, administradores e pais sobre os critérios de qualidade das escolas, os profissionais de cada escola precisam estabelecer um consenso mínimo sobre o padrão de qualidade que orientará seu trabalho.

Portanto, de pouca valia terão a gestão democrática, as eleições para diretor, a aquisição de novos equipamentos, a participação da comunidade, se os objetivos de aprendizagem não forem conseguidos, se os alunos continuam tendo

baixo rendimento escolar, se não desenvolvem seu potencial cognitivo (Júnior, 1986:36).

Durante nossa vivência educacional sempre questionamos o porquê da pouca participação dos pais no cotidiano escolar. Notamos que poucos são os pais realmente comprometidos em participar da dinâmica organizacional da instituição. Quando os filhos cursam a Educação Infantil e as séries iniciais do Ensino Fundamental a presença física e em casa é claramente percebida.

Também sempre desconfiamos que era possível fazer um trabalho no sentido de reverter esse quadro. Quando atuamos como gestor, conseguimos uma participação razoável em reuniões e conselhos de classe participativos. Essa participação é importante, porém almejamos uma participação mais profunda, com reflexos na sala de aula, proporcionando, assim, melhoria da qualidade do ensino.

Não concordávamos com aquele discurso corrente que os pais não se interessam pela vida escolar dos filhos. Que não motivam, não cobram, não auxiliam, não valorizam a escola, etc. Sempre pensamos que muito pouco é feito pela escola, no sentido de atingir esse nível de participação.

Aliás, é bem provável que muitas instituições e profissionais nem queiram atingir esse nível, afinal participação implica em ocupar espaços, perda de poder. Muitos não querem abrir mão de certos privilégios. Na realidade, a divisão do poder expõe quem historicamente o monopoliza. Existe também a insegurança de “deixar de ser estilingue e virar vitrine”. Quer dizer, quando abrimos a escola para a participação estamos sujeitos a tudo, principalmente, a críticas. E isso é assustador e, para muitos, inaceitável. Todavia não devemos temer a participação dos pais e considerá-la como uma interferência em nosso domínio profissional, porque desta forma estaremos tornando ineficientes nossas próprias ações.

Atualmente são poucas as instituições que estabelecem com sua comunidade uma cultura de participação. Onde todas as ações conspiram para esse fim. Que não esteja presente apenas no discurso e que todos os segmentos da instituição saibam como proceder diante dessa nova realidade. Enfim,

busquem incansavelmente os elementos essenciais para a execução desse fim que o conhecimento de sua função, a politização, a co-responsabilidade, a maturidade, o respeito ao outro e, acima de tudo, estabelecer o diálogo como a melhor forma de mediar os conflitos.

Ao dar início a elaboração desse trabalho, deparamo-nos com uma pesquisa do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB, 1994) que afirma: *“na década de 50, apenas 32,2 das crianças na faixa etária dos 7 aos 14 anos, estavam na escola. Em 1991, o percentual de crianças passou para 90,5%”*. Esse estudo chama a atenção para o fato de que a educação, na vida da maioria dos brasileiros, é muito recente. Portanto não é possível fazermos críticas sem consistência sobre a não participação dos pais, auxiliando os filhos em casa, com o objetivo de melhorar o ensino.

Se a maioria dos alunos está na escola por força da lei ou não recebem ajuda de seus pais, trabalhamos, então, com a hipótese de que nossas comunidades, na verdade, carecem de informações suficientes para auxiliarem efetivamente seus filhos, herança do Sistema Social.

Precisávamos, portanto, determinar o perfil de nossa comunidade, principalmente, para saber a visão que tem da escola. Conhecê-la. Perceber o quanto à instituição era importante para ela. Saber quais eram suas dificuldades. Descobrir o nível de escolaridade das famílias. Com a intenção de detectar se realmente podíamos afirmar que os pais ou responsáveis eram relapsos, com relação à formação de seus filhos, como a maioria das pessoas pensa.

Embora seja muito difícil fechar questão sobre essa polêmica, afinal existem muitas variáveis envolvidas nela, após conhecer mais detalhadamente nossa comunidade, somos obrigados a concluir que ela realmente não sabe como ajudar seus filhos. Não têm a consciência de como o filho deve se portar de modo que a escola oportunize crescimento e, conseqüentemente, melhorar a vida dele. Enfim, ajudá-los a serem felizes. Só pode ser isso. Por uma simples razão: quem não quer ver a felicidade de um filho?

Além disso, nossa pesquisa detectou que alguns pais ou responsáveis não freqüentaram a escola e, se por lá passou foi por pouco tempo. Ou seja,

quem tem um baixo nível de escolaridade provavelmente não usufruiu, por exemplo, dos benefícios proporcionados a quem estuda e sabe fazer o uso desses conhecimentos. Não tem, portanto, como motivar, incentivar, argumentar em favor de atitudes que valorizem o estudo em benefício próprio.

Outro argumento favorável e que embasa a conclusão a que chegamos é o de que nossos alunos não enfrentariam diariamente uma série de dificuldades e riscos, se eles ou a família não visualizassem a escola como uma instituição importante na vida deles. É admirável a maneira como esses obstáculos são enfrentados. E essa é uma demonstração de determinação e coragem impressionantes. O que aumenta obrigatoriamente nossa responsabilidade enquanto instituição de ensino.

A partir dessas conclusões, necessariamente devemos fazer uma outra consideração: a escola tem o dever de comunicar a comunidade de que maneira deseja que ela participe. Com ações efetivas, tornando-a parceira e aliada.

A idéia de co-responsabilidade parece, então, uma boa idéia para promover a participação dos pais e estimular o empenho dos professores e pessoal escolar em levar em conta a família.

Precisamos deixar claro para instituição e família que a continuidade da educação se dá nos dois âmbitos. Jerusa V. Gomes (1993:87) afirma que,

trabalhamos em Educação como se a criança nascesse ao principiar a vida escolar. Evidentemente, todos repetimos o contrário disso. Até o homem comum, o leigo, o sabe: a Escola continua a tarefa familiar de educar a criança para a vida e, especialmente, para o trabalho. O que não fazemos é levar em conta este dado, até as últimas conseqüências. (Gomes, 1993:87; grifo do original)

Para atingir esse fim, é necessário repensarmos nossas ações na escola. Especificamente reuniões, entrega de boletins, orientações sobre nossas aulas, trabalhos, conhecimentos desenvolvidos, avaliações, como estudar, nível de linguagem, vocabulário, terminologia. Enfim, toda ação realizada precisa obrigatoriamente levar em consideração a família. Suas dificuldades, limites, dúvidas, nível de informação, características pessoais, hábitos, valores, atividades profissionais que exerce, ambiente em que vive e cultura.

Nesse sentido, a instituição precisa urgentemente se atualizar. Rever a forma como está realizando as reuniões. Verificar como elas podem ser mais dinâmicas e eficazes. Definir o modo como queremos que a família atue. Sua parcela de responsabilidade precisa ser bem clara. Até mesmo para que a escola não seja cobrada por algo que não é sua competência.

A idéia da continuidade da educação precisa ser de mão dupla. Ou seja, pretende-se que a família continue (e reforce) a educação dada na escola, ajudando os alunos em suas tarefas. Sem esquecer que a continuidade, antes de tudo, especialmente para as crianças mais novas, é a que se deve consubstanciar com um tratamento afetuoso dado pela escola, para que os alunos não a sintam como uma realidade tão estranha em relação à que vivenciam em suas famílias.

Com facilidade nos esquecemos da grande ruptura que a escola representa para uma criança que deixa o mundo familiar e amigo de sua casa, para ser lançada, de uma hora para outra, num ambiente novo.

Para chamar a atenção para as discontinuidades em educação, ainda é Gomes quem nos lembra:

Também a discontinuidade é inerente ao conceito de processo educativo, ao menos no que se refere às sociedades industriais modernas. Para as sociedades tribais e para as agrárias, se discontinuidade houver é mínima e até mesmo discutível. Porém, a partir da institucionalização das escolas, a discontinuidade tornou-se inevitável no processo educativo ocidental. Há uma ruptura real, concreta, entre os dois momentos do processo educativo – entre o assistemático e o sistemático, ou entre o informal e o formal. E até entre a realizada por instituições escolares e aquela promovida por agências de trabalho – empresas, fábricas e similares. (Gomes, 1993:87-88)

Com relação às estratégias de aproximação da família, almejando uma maior e consistente participação, surgirão muitos empecilhos, obstáculos dificuldades. Muitos alegarão o baixo nível de escolaridade como um deles, mas é possível uma conscientização de que qualquer contribuição é bem vinda.

A participação pode ocorrer juntamente com os filhos em casa, perguntando que atividades eles estão realizando em aula, olhando o caderno, através de uma conversa diária para saber o que está acontecendo. Mostrar interesse. Essa conversa é muito importante para pai e filho. Todos nós gostamos quando alguém mostra interesse por nós. Principalmente se for uma pessoa querida.

Outro papel específico desempenhado pela família é o acompanhamento. Quando se trabalha junto a ela, há comprometimento, acordo. Os pais se interessam e acompanham os filhos. E a criança sente e precisa disso. A família é a formadora do ser humano. É preciso incentivar esse papel. A escola ajuda, mas a família muito mais. Tanto é que é quase impossível o ser humano se reerguer sem uma base familiar.

Não temos conhecimento de alguma instituição ensino que faça um trabalho desse tipo, orientando pais ou responsáveis sobre formas que pode auxiliar os filhos em casa. No entanto esse estudo tornou clara essa necessidade. Não podemos desprezar essa ajuda tão importante. Não tem sustentação a alegação de pais - especificamente as mães que recebem ou assumem a incumbência de acompanhar a vida escolar dos filhos, conforme comprovamos em nossa pesquisa – não vêm à escola, porque não tem tempo ou algo parecido.

Na realidade, a instituição não tem sido agradável aos pais, não tem falado a sua linguagem não tem sido competente para atraí-los. Tem sido autoritária e até irresponsável.

É verdade que a disponibilidade de boas condições para estudo nas casas das camadas mais pobre da população parece ser heterogênea, havendo desde situações de extrema precariedade até situações em que os pais põem, a disposição de seus filhos, boas condições de trabalho. Dada a situação de vida dessas populações, é mais provável, entretanto, que predominem os casos em que faltam condições adequadas de estudo. Assim, a precariedade dos recursos e dos espaços para o estudo no interior dos lares não deixa de ser uma realidade que dificulta os trabalhos estudantis das crianças e jovens.

De qualquer forma, é preciso considerar que o preparo e o oferecimento de materiais e de um bom lugar para estudar e fazer as lições é também uma questão de valorização do estudo e de informações que o pai e mãe tenham a esse respeito. Por isso, é importante que a escola tente para essa situação, preocupando-se com as maneiras de fazer chegar até os pais essas informações e toda a orientação necessária a esse respeito.

A divulgação de valores positivos com relação ao saber e ao estudo junto aos pais, para que estes trabalhem esses valores com seus filhos em casa, depende da comunicação muito eficiente entre escola e família. E isto está longe de acontecer. Parece haver, por um lado, uma incapacidade de compreensão, por parte dos pais, daquilo que é transmitido pela escola; por outro, uma falta de habilidade dos professores para promoverem essa comunicação.

Essa nova disposição de uma instituição implica necessariamente em se repensar o currículo escolar, que trabalha conhecimentos bem distantes da realidade de nossa comunidade. Se não houver, ao menos, o aproveitamento de determinados conhecimentos dela, a aproximação família-escola tornar-se-á muito mais difícil. Até as brincadeiras e brinquedos de nossos alunos são distantes do mundo escolar. Com realidades tão distintas é quase impossível o sucesso na escola.

Temos plena consciência de que a escola como instituição isolada não pode deflagrar uma revolução social. No entanto a escola pode fazer muito por sua comunidade. Basta que haja vontade política da maioria. Dar impulso a uma nova realidade, buscando fazer com que nossos alunos e pais entendam que estudar é bom, é gostoso, mas, acima de tudo, que precisamos fazer uma escola em que estudar é de fato gostoso.

Enfim, modestamente, essa é a contribuição que esse estudo pretende deixar para ampliação do tema, sem ter a intenção de esgotar o assunto.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERGER, Peter L. & LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Petrópolis: Vozes, 1973.

BICUDO, Maria Aparecida et. Alii. (orgs). **Formação do Educador e Avaliação Educacional: conferências, mesas redondas**. V1, São Paulo: UNESP, 1999.

BRASIL. Constituição Federal de 1998

_____ Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996.

_____ MEC. SAEB. Brasília, 1994.

CAMBI, F. **História da Pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1999.

DEMO, Pedro. **Participação é Conquista**. São Paulo: Cortez, 1999.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAG, B. **Escola, Estado e sociedade**. 6ª ed., São Paulo: Moraes, 1980.

GADOTTI, M. e ROMÃO, J. E. (Orgs) **Autonomia da Escola: princípios e propostas**. 4ª ed., São Paulo: Cortez, 2001.

GANDIN, Danilo. **Escola e Transformação Social**. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.

GOMES, Jerusa V. **Relações Família e Escola: continuidade/descontinuidade no processo educativo**. Idéias. nº16, 1993.

HORA, D. L. da. **Gestão Democrática na escola: artes e ofícios da participação coletiva**. Campinas: Papiros, 1995.

HORTA, José Silvério Baía. **Educação e Participação**. In Revista Educação, nº 27. Rio de Janeiro, 1978.

LÜDKE, Menga & ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1996.

MOYSÉS, Lúcia. **O Desafio de Saber Ensinar**. Campinas, papirus: Niterói, Eduff, 1994.

OLIVEIRA, D. A. (Org.). **Gestão Democrática da Educação. Desafios Contemporâneos**. Petrópolis: Vozes, 1997.

PARO, Víctor Henrique. **Qualidade do ensino: a contribuição dos pais**. São Paulo: Xamã, 2000.

PAVIANI, Jayme. **Problemas da Filosofia da Educação**. Petrópolis: Vozes, 1990.

Rio Grande do Sul. **Secretaria da Educação**. Lei 10.576/95. Dispõe sobre a implantação da Gestão Democrática nas escolas públicas.

SACRISTÁN, J. Gimeno. **Poderes Instáveis em Educação**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

TOMMASI, L., WARDE, M. & HADDAD, S. (Orgs.). **O Banco Mundial e as Políticas Educacionais**. São Paulo: Cortez, 1996.

7. ANEXOS

INSTRUMENTO DE PESQUISA

1. LOCALIDADE:
2. QUANTAS PESSOAS MORAM NA CASA?
3. IDADE DOS MORADORES:
4. HÁ QUANTO TEMPO MORAM NESTA RESIDÊNCIA?
5. ONDE RESIDIAM ANTES?
6. ESCOLARIDADE
ANALFABETO: LÊ E ESCREVE:
1º GRAU COMPLETO: INCOMPLETO:
2º GRAU COMPLETO INCOMPLETO:
3º GRAU COMPLETO INCOMPLETO:
SUPLETIVO OUTROS CURSOS:
7. NO CASO DE HAVER CRIANÇAS EM IDADE ESCOLAR, TODOS ESTÃO MATRICULADOS? () SIM () NÃO
8. AS CRIANÇAS DA CASA ESTÃO EM QUE SÉRIE E TURNO?
9. FORAM REPROVADOS EM ALGUMA SÉRIE?
10. AS CRIANÇAS OU ADOLESCENTES QUE ESTUDAM EXERCEM ALGUM TIPO DE TRABALHO? QUAL?
11. QUAL A PROFISSÃO DOS MORADORES?
12. RENDA FAMILIAR:
() 1 a 2 SALÁRIOS
() 2 a 4 SALÁRIOS
() 5 a 7 SALÁRIOS
() 8 a 10 SALÁRIOS
() MAIS DE 10 SALÁRIOS
12. HÁ ALGUÉM DESEMPREGADO NA FAMÍLIA? QUANTOS/

INSTRUMENTO DE PESQUISA

1. Ao colocar seu filho (a) na escola, o que espera que ela faça por e para ele?
2. O que planeja para o futuro de seu filho (a)?
3. Quem auxilia seu filho (a) nas tarefas de casa?
4. Seu filho (a) tem o hábito de estudar? Por quê?
5. Quais são suas preocupações quando seu filho (a) vai para a escola?
6. Quais são as principais dificuldades para manter seu filho (a) na escola?
7. Quantas dependências têm sua casa?
8. Que horas seu filho (a) levanta e que horas sai para a escola?
9. Que dificuldades seu filho (a) enfrenta para chegar à escola?
10. Qual a distância que ele (a) percorre para chegar à escola?
11. Qual a distância de sua casa à parada?
12. Como seu filho (a) vai até lá?
13. Que dificuldades ele (a) enfrenta para chegar até lá?
14. Qual o horário de maior disponibilidade para ir à escola?
15. Gostaria que a escola promovesse cursos? Quais sugere?

Fale como é sua localidade (relevo, clima, origem das pessoas, atividade econômica desenvolvida, etc.).

INSTRUMENTO DE PESQUISA

1. Escreva o que existe de bom na sua localidade:
2. Escreva o que existe de ruim na sua localidade:
3. Quais são, na sua opinião, os pontos positivos da escola?
4. Quais são, na sua opinião, os pontos negativos da escola?

Faça suas sugestões para a melhoria da escola.